

4 m 5 -

Manda a verdade dizer, no entanto, que não há receitas milagrosas para resolver os muito graves problemas com que o país se defronta. Mas a mesma verdade impõe-se a afirmar que eles ^{se} podem ser resolvidos com um ^{esforço} e uma acção capazes de mobilizar os portugueses para as ^{as} ingentes tarefas da recuperação económica e da salvação nacional.

A esta luz afigura-se particularmente relevante que, por um lado, se reconheça e estimule o papel fundamental dos sindicatos como fonte mobilizadora das classes trabalhadoras; ^{Por} outro lado, se sublinhe a importância, ^{também} fundamental, de uma iniciativa privada moderna e criativa, que deve ser, no concreto, compreendida e apoiada de par com os sectores cooperativo e público, e não com a velada ou explícita intenção de os destruir.

A mobilização em torno dos grandes objectivos nacionais pressupõe, porém, que os cidadãos possam participar e se sintam participar, cada um dentro da sua esfera de acção, na ^{vide de comunidade e na} resolução das questões que a todos dizem respeito. Isto pressupõe designadamente que, ao nível da recuperação económica, haja a perfeita consciência e pouco se tem feito para que ela exista - de que os empréstimos externos ~~ou a entrada em quaisquer organizações internacionais~~ podem ser úteis, positivos, quase indispensáveis. Mas é em Portugal e com os portugueses que os problemas do país têm de ser resolvidos.

Para alcançar este desiderato impõe-se também pôr termo ao que tem sido uma manifesta incapacidade política para dinamizar a mudança, na ~~nossa vida colectiva~~. Tal incapacidade, o sucessivo afumilamento das delegações de representatividade e uma prática partidária amiúde pouco exemplar, vêm modelando uma passividade resignada ou uma progressiva e perigosa descrença nos méritos e virtualidades do regime democrático.

Num Estado centralizado e gigante, absorventemente estruturante da sociedade, conformado por décadas de ditadura, o sistema político português começa a manifestar preocupantes distorções. Tal se verifica ~~designadamente~~ ^{na} governamentalização e ^{partidarização} do Estado, num cenário muitas vezes

apenas devedor de estreitas fidelidades ou ambições pessoais.

Neste contexto, a Assembleia da República, órgão fundamental da democracia representativa que defendemos, aparece cada vez mais, aos cidadãos, como uma câmara de eco do Executivo, perdendo a sua essencial dignidade, identidade e especificidade fiscalizadora. As próprias "válvulas de segurança" do sistema democrático (Tribunal Constitucional, Provedor de Justiça, Conselho Superior de Defesa Nacional, Conselho de Comunicação Social) perdem credibilidade ao instituírem-se numa lógica de referência governamental e partidocrata.

Por outro lado o exercício de competências na direcção do Estado e as relações entre o Presidente da República e o Governo continuam, visivelmente, a não ser as melhores. E "casos" como o da proposta de exoneração do general Garcia dos Santos ou a formação das comissões para as comemorações do 10º aniversário da libertação vieram mostrar, uma vez mais, que nem tudo corre bem, nem todos têm pelo 25 de Abril e por aqueles que o fizeram o respeito e a gratidão que entendemos todos os democratas portugueses lhes devem tributar.

Fundação Cuidar o Futuro





Alguns meios de comunicação social do Estado, por sua vez, espelham uma preocupante dependência face ao Governo, aos partidos que o apoiam ou seus comissários. A ~~liberdade~~ liberdade, ~~seriedade~~ seriedade e independência da informação são atingidas, enquanto o especto do desemprego ~~é~~ e as tentativas de aliciamento para a propaganda são lamentáveis realidades. Também neste aspecto bem se pode dizer que, ao contrário do que seria de desejar, bem pouco mudou - se é que alguma coisa mudou - ~~melhor~~ após as últimas eleições legislativas.

Enfim, os riscos de pauperização do regime democrático ~~se~~ atentuam-se progressivamente, enquanto as fórmulas democratico-representativas se distanciam das aspirações de democracia participada ~~participativa~~ consagrada na Constituição da República.

O MAD ~~se~~ manifesta a sua crescente preocupação face a ~~esta~~ situação ~~sumariamente~~ enunciada e reafirma o ~~seu~~ propósito de dar o seu contributo para que se abra um espaço ~~de~~ em que a política surja como algo mais, ^{livre} ~~e diferente~~, de uma ~~luta~~ simples luta, às vezes pouco transparente, pelo poder, ou como uma mera relação de forças, sem projecto, em que o mais forte domina.